

Limites da ética#

The limits of ethics

Olinto Pegoraro*

INTRODUÇÃO

A ética é um discurso filosófico sobre os comportamentos humanos e não humanos (ética dos animais, da natureza e meio ambiente). É, portanto, um discurso universal, não no sentido de ideias e abstrações metafísicas, mas no sentido de abrangência concreta, cósmica.

Na verdade, a ética da totalidade é bem recente, mais ou menos a partir dos anos 50 ou 60 do século passado, com o exponencial avanço das ciências e notadamente das ciências biológicas relacionadas ao ser humano, donde resultou o surgimento da bioética como ramo fecundo das grandes éticas de todos os tempos. Na verdade, os maiores tratados de ética, de Aristóteles a Hegel, são anteriores à ciência moderna.

O que proponho nesta apresentação é uma discussão sobre os limites do discurso ético, seu alcance e sua validade. Serão os princípios éticos definitivos, indiscutíveis, válidos universalmente e para sempre?

Hoje os filósofos e bioeticistas salientam que o discurso ético é temporal, limitado, feito em diferentes épocas e, principalmente, feito pelo ser pensante intrinsecamente finito, falível, mutante, como tudo o que acontece no tempo, no seio de uma sociedade pluralista. Daí a pergunta crucial: será válido um discurso ético que tenha a marca do tempo? Seria a temporalidade uma dimensão necessária da ética?

Portanto, minha fala versará sobre três pontos: a) a temporalidade do discurso ético; b) relatividade e provisoriedade das éticas; c) disto se deduz que, hoje, não existem princípios éticos absolutos, mas algumas grandes referências, algumas pistas que apontam para um horizonte, uma finalidade que devemos construir, dia a dia, ano a ano e décadas a fora. Isto é, não há caminhos feitos, mas há que construí-los, e nós, instruídos pela história e milenar experiência humana, temos tudo pra chegar a um bom resultado.

DESDOBRAMENTO DO TEMA

Historicidade dos saberes

a) No mundo antigo, a ciência se chamava metafísica ou o tratado das coisas que ultrapassam as realidades físicas. A ciência metafísica trata dos fundamentos, da essência subjacente e invisível das coisas visíveis. Essa era a ciência suprema, esplendidamente tratada por Platão, Aristóteles, Agostinho e todos os pensadores da idade média cristã. Os antigos sempre pensaram que os fundamentos das coisas eram eternos, definitivos.

Da metafísica derivou a ética, também ela assentada em princípios estáveis e absolutos; para os gregos, esses fundamentos eram a imutabilidade da natureza humana e sua tendência inata à felicidade realizada na *Polis*.

Os pensadores cristãos adotaram esses mesmos fundamentos éticos, dando-lhes, logicamente, uma referência bíblica: a natureza humana é criada por Deus; e a felicidade não se limita a *polis*, mas realiza-se plenamente no *telos* último, a vida eterna.

Durante mais de dois milênios, a partir desses fundamentos, metafísicos e teológicos, se ergueu o edifício da ética. Eram todas teorias anteriores às ciências do mundo moderno. Hoje, a discussão ética precisa, desde o início, das informações das ciências. A modernidade revolucionou o mundo político na “Declaração dos Direitos” do homem e do cidadão em 1789. Nessa época, os filósofos romperam com a ética dos grandes metafísicos e teólogos e colocaram como fundamento da moral a Liberdade. É uma revolução espantosa. O fundamento da ética não é mais a metafísica, nem as virtudes e nem a religião, porque são fundamentos externos, heterônomos. Agora, a ética é autônoma, independente, dada ao homem, pela liberdade. Somos auto-nomos, o ser que confere a si mesmo a lei moral. E Kant exclama: *sapere aude!* Ouse pensar com tua cabeça (em tradução livre) e não pela de outrem, sejam filósofos ou teólogos.

* Doutor em Filosofia. Pós-Doutor pela Universidade Católica de Louvain, Bélgica. Professor do Centro de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: olintopegoraro@gmail.com

#. Uma versão desse texto foi apresentada no 8º Congresso Internacional de Bioética Clínica.

Hoje nós herdamos a ética da autonomia, pilar da bioética na vertente principialista, pilar que é tão inabalável como alguns acreditam. Na modernidade nasceram também os Direitos Humanos, que hoje são a maior referência ética para todos os que a pensam como um discurso laico e independente da metafísica, religião e de mestres do pensamento.

Essa rápida incursão na História da Ética mostra que ela sofreu inevitavelmente a ação do tempo. Houve apenas modificações na passagem da ética grega para a cristã, mas, com o advento da modernidade, mudou-se inteiramente o paradigma.

b) Desde o início do século XX, o saber ético-filosófico retomou com muito vigor o conceito de tempo, especialmente nas vertentes fenomenológica e existencial. Basta pensar que, provavelmente, a obra mais importante do século passado chama-se *Ser e tempo*, de Martin Heidegger. Ele entende que tudo o que existe existe no fluxo do tempo: existir é, pois, um processo de um contínuo vir-a-ser: eu-sou-porvir.

Para o que nos interessa neste debate, é suficiente recordar o óbvio: nossa vida é, intrinsecamente, ontologicamente temporal. Por isso, todas as nossas ciências e outras formas de saber (por exemplo, ético ou teológico) são processos temporais, provisórios e sempre inacabados. Esse conceito da vida temporal demanda um esclarecimento mais detalhado. Geralmente, os filósofos distinguem três segmentos na flecha do tempo: tempo originário, tempo histórico, tempo teleológico.

O tempo originário seria o tempo primordial, obscuro e arcano, donde emerge tudo quanto existe, dimensão da qual nada sabemos ao certo, mas sobre ela fazemos conjecturas plausíveis. Ao longo da História, encontramos muitas delas. Aristóteles imaginou que tudo o que existe procede de dois princípios que ele chamou matéria ou princípio da indeterminação e forma, princípio da determinação. Isso quer dizer que a matéria caótica recebe uma maneira ordenada de existir (forma). Por isso, há seres materiais que existem na forma humana, na forma vegetal, animal etc. Os autores da Bíblia colocaram na região originária a força criadora de Deus. Por seu lado, os cientistas tentam provar que no tempo primordial houve uma tremenda explosão que resultou no universo atual.

No segmento do tempo histórico, estamos nós com nossos saberes, filosofia, matemática, ciência, religião, história, ética. A característica comum a todos é que nenhum

saber é completo e acabado. São todos aproximativos; eles se aproximam um pouco mais ou um pouco menos do seu objeto; nenhum, porém, fecha definitivamente a explicação da coisa em estudo: física, química, biologia. Para a filosofia, nossas ciências são uma “hermenêutica mundi”, uma interpretação possível e aceitável das coisas que nos cercam.

Portanto, as verdades filosóficas, éticas, científicas e teológicas são verdades relativas ao que sabemos hoje; são verdades muito mais claras que no passado, mas ainda encobertas pela obscuridade; no futuro, algumas serão ainda mais claras e outras desaparecerão, substituídas por afirmações mais elucidativas. Isso significa que tudo o que sabemos é relativo ao tempo; já sabemos muito, mas ainda sabemos muito pouco e com muita imprecisão. O que sabemos com certeza é que o que conhecemos hoje lá adiante mudará, com o auxílio de premissas, hipóteses e descobertas mais poderosas. É assim que avançamos no tempo histórico: Tateando às apalpadelas, porque misteriosa é a realidade do universo, do homem e da história.

Desvendar científica e filosoficamente é o ofício inescapável do ser humano; se soubéssemos tudo com exatidão, a vida seria um tédio, uma monotonia, uma perpétua mesmice. A inteligência cresce com os desafios da complexidade. Descobrimos continuamente ângulos diferentes do mundo. Enfim, quem dá sentido ao universo somos nós; e o sentido muda conforme muda o ponto de enfoque. Podemos pensar o universo como um poema, uma louvação ao criador, como música (Platão) ou como massa desordenada. Nenhum desses ângulos inclui todos os outros e se pudéssemos juntá-los todos nem assim saberíamos a totalidade de tudo quanto é.

No segmento teleológico do tempo, os saberes humanos fizeram algum progresso. Houve épocas nas quais os cientistas entenderam que o universo acabaria numa implosão. Hipótese que os teólogos também defendiam, amparados nas descrições apocalípticas de algumas passagens bíblicas. Em nossos dias muitos cientistas apoiam a tese oposta e admitem que o universo está em expansão. Na Antiguidade, as filosofias platônica, neoplatônica e estoica, por séculos, defenderam a tese do eterno retorno do universo; não haveria uma catástrofe final, mas o fim do mundo seria um novo início como propôs Heráclito: “o início e o fim são o mesmo”. Hoje estas teses perderam a importância. Na visão bíblica, o tempo é linear e caminha para um fim sem retorno, o ser humano vive na esperan-

ça de, após o processo temporal, viver feliz eternamente. Santo Agostinho sustenta que, no tempo escatológico, “o homem viverá na posse total simultânea e perfeita da vida sem fim”, isto é, na eternidade não há mais sucessão de momentos de vida, mas a totalidade da vida sem passado, presente e futuro. Muitos teólogos de hoje discutem estes assuntos de outra maneira graças às informações científicas.

Historicidade da Ética

Sendo temporal, a ética também leva necessariamente a marca da provisoriedade; está sempre em mudança conforme as circunstâncias da vida humana, do meio ambiente, das condições socioculturais e informações científicas.

No processo do tempo, é contraditório que exista um princípio fixo. Uma tal suposição é tão contraditória como esta outra: querer ler a sucessão das horas num relógio parado. Assim, nossos juízos éticos serão sempre marcados pela impermanência; passam, cedem o lugar a novos conforme o progresso da vida, da ciência, do meio sociopolítico e cultural.

A impermanência é conceito recente, do início do século passado, quando se resgatou a filosofia do tempo como fundamento ontológico do ser humano e de tudo o que o cerca, o que resulta na construção de uma ética adequada à concepção histórica do ser humano. Essa tarefa exige duas coisas: 1. encontrar um fundamento temporal para a ética; 2. repensar o conceito milenar de pessoa, não mais como uma essência fixa, dada uma vez por todas, mas como uma existência temporal. É muito importante a passagem da visão essencialista à concepção existencial e temporal do nosso existir. Desdobremos esses dois pontos.

1. Em vista de tudo que se disse, podemos entender a ética como orientação da liberdade. Fazer ética é apontar rumos à liberdade para que ela escolha qual seguir. A ética comporta dois elementos radicais: a liberdade e a temporalidade da existência.

As grandes referências éticas não são nada novas. Sempre foram a alma e a essência da ética, mas foram, ao logo dos séculos, encobertas por listas de preceitos, proibições, sanções e ameaças. Por exemplo, é impressionante a majestade e solenidade da apresentação dos dez preceitos divinos ao povo feita por Moisés no Sinai. Seriam leis eternas pelas quais o homem seria justificado perante Deus? Santo Agostinho entendeu que não se trata de dez

normas carregadas de sanções, mas que, todas juntas, formam um convite feito aos seres humanos; convite que Jesus resumiu em dois itens: amar a Deus e ao próximo, e finalmente ele mesmo os reduziu a um só: o amor. Os dez são, portanto, um convite ao amor. Essa é a suprema referência bíblica do Antigo e Novo Testamento; os milênios da História Sagrada se concentram no luminoso horizonte ético do amor.

Também os tratados da ética grega, de Sócrates, Platão e Aristóteles, cabem em três diretrizes, que, na realidade, são uma só: a “prática da justiça”. Fazer ética é cumprir a justiça. Se quisermos, podemos detalhá-la assim: praticar a justiça social no interior da *Polis*, viver em solidariedade com as pessoas e em paz com os povos. Outra não é a orientação cristã que recebeu a missão de “instaurar o reinado da justiça, do amor e da paz para todos os seres humanos”.

As referências éticas dos gregos e cristãos foram traduzidas pela Revolução Francesa nos termos “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. Este é o grande farol ético da modernidade: Liberdade, como supremo direito de cada pessoa, a igual dignidade entre os cidadãos e a fraternidade para todas as nações. Nada mais evangélico que essa fórmula, que orientou uma revolução política.

Todas essas referências éticas, dos gregos aos revolucionários de 1789, foram, lapidarmente, retomadas em 1948, na Declaração Universal de Direitos Humanos, feita pela ONU. O artigo 1º diz: “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos; sendo dotados de razão e consciência devem agir uns para com os outros com espírito de fraternidade”. Isto é, três anos depois da horrível conflagração mundial, a ONU retoma o espírito e a letra da Declaração de 1789.

Que querem dizer, finalmente, todas essas referências, da Antiguidade aos nossos dias? Referências idênticas para os gregos, judeus, cristãos, para modernos e para as nações que assinaram a Declaração Universal? A meu ver, essas sucessivas orientações éticas da humanidade, feitas em tempos tão diferentes e mantendo sempre o mesmo conteúdo essencial, nos dizem algo de muito profundo: por baixo de toda a “parafernália” de prescrições, proibições morais, leis e determinações jurídicas, opera uma diretriz ética para a justiça, solidariedade e paz, as quais ampliam a liberdade, igualdade e dignidade. Isso faz parte de nossa natureza, portanto anterior a qualquer detalhamento legal. As leis existem para proteger esse funda-

mento. A partir desse enfoque fundante, pode-se construir muitas éticas; aqui me refiro apenas a três: ética prudencial no mundo antigo; ética da responsabilidade no mundo moderno; e ética reciprocidade em nossos dias.

Ética prudencial

A ética prudencial é construída sobre o conceito de prudência (*fronesis*, em grego) que significa “a sabedoria prática, sabedoria do viver”. Na ética grega, saber conduzir-se na vida real é a suprema sabedoria, muito mais importante que a sabedoria teórica (*sofia*) com a qual construímos filosofias, teogonias e todas as ciências.

A sabedoria prática aplica-se a todos os acontecimentos da vida cotidiana, especialmente aos acontecimentos onde não há clareza do caminho ético a seguir, como, por exemplo, nos casos de um feto anencefálico. Como decidir eticamente? A prudência nos ajuda a encontrar uma resposta equilibrada e ponderada fazendo a convergência entre dois princípios: 1) o princípio da universalidade (praticar a justiça, a solidariedade e o bem); 2) o princípio da particularidade (o feto anencefálico). Qual a justiça, a solidariedade e o bem para essa mulher que se encontra nessa situação? Tem ela o dever ético de levar ao fim uma gravidez inconsequente? Será antiético fazer aborto nessa situação? A prudência ou a experiência de vida sugerirá uma resposta ética. O sábio é o *fronimos*, que junta o princípio da universalidade com o princípio da particularidade. É por isso que, para Aristóteles, a prudência é toda a ética, porque aplica na vida prática os princípios teóricos. Seguir o conselho da pessoa prudente é seguir um caminho seguro. É por isso que, no caso da anencefalia, a solução prudente é difícil, mas não impossível. Não há uma só solução: dever moral de levar a gravidez até o fim, ou a solução do abortamento. No Brasil, foi preciso recorrer à sabedoria jurídica para permitir o abortamento para a mulher inclinada a adotar essa solução, respeitando sempre a opção de quem quiser levar a gravidez até o nascimento; ninguém está obrigado a abortar porque a lei permite.

Ética da responsabilidade

É sabido que Kant foi o maior estudioso de ética na Modernidade. Nas obras *Fundamentos da Metafísica dos Costumes* e *Crítica da Razão Prática*, elabora uma profunda doutrina ética a partir da liberdade como supremo direito natural. A pessoa, sendo livre para agir, entende que não pode agir de qualquer maneira. Isto é, a liberdade tem limi-

tes. Em todas as éticas anteriores, sustenta Kant, os limites vinham de fora, da autoridade de um filósofo, da autoridade religiosa ou das forças naturais. A grande novidade da ética kantiana está em que é a própria liberdade que confere a si mesma o limite. Isto é, a liberdade, a vontade livre é autolegislativa. Ela se impõe o dever moral como imperativo categórico: “age de tal forma que a norma de tua conduta seja uma lei universal da humanidade”. Essa é a única norma da moralidade: cumprir o imperativo.

Essa teoria foi criticada por ser intimista, solipsista, fechada na consciência individual: é uma ética de convicções puras, *a priori*, anteriores à experiência da vida em sociedade com os problemas pessoais e coletivos que decorrem da convivência.

Max Weber, notável sociólogo alemão, é um dos mais importantes críticos da ética kantiana, justamente do ponto de vista sociológico. Nós não somos mônadas, mas seres abertos que convivem e compartilham o espaço social. Isso nos impede de enclausurar-nos em nossas convicções subjetivas, perfeitas e muito importantes.

Enfim, Weber opõe à ética das convicções puras e subjetivas a ética da responsabilidade social. Não sou ético na minha consciência solitária; sou ético face aos outros, na sociedade, com os quais divido a responsabilidade nas decisões. Cada cidadão responde pelas decisões tomadas pessoalmente ou coletivamente.

Portanto, a ética da responsabilidade é histórica; ela tem as limitações do tempo e lugares onde se vive; é a ética possível, aceitável segundo as circunstâncias, situações e condições reais da vida pessoal e social. É a ética da situação. Une a convicção ética (princípios, referências éticas) com a situação da vida que acontece. É a ética possível em tais e tais situações reais. Por isso o princípio não é puro e *a priori*, mas “impuro”, temporal, limitado pelas situações reais em determinado tempo e lugar.

Nem por isso é uma ética relativista, pois as convicções dos princípios ou das grandes referências permanecem firmes, porém adaptadas aos fatos da vida. Max Weber contribuiu enormemente para flexibilizar as normas morais, conjugando as referências éticas com a realidade da vida cotidiana das pessoas e sociedades. É a maneira moderna de trabalhar com a sabedoria de viver dos antigos. Para ambas, a ética é o equilíbrio do viver cotidiano: “nada em excesso”, diziam os estoicos. Essa é a norma prudencial e a norma da responsabilidade face às situações reais da comunidade humana.

Ética da reciprocidade

Uma das dificuldades maiores da ética contemporânea é o acompanhamento dos avanços da ciência, da técnica e da enorme variabilidade dos costumes. Dizem cientistas que a ética vai sempre a reboque das descobertas científicas. Ela chega tardiamente. Em parte, eles têm razão por causa da insistência em manter teorias éticas arcaicas, mas há muito tempo pensadores como Hans Jonas, Martin Buber, Bergson, Paul Ricoeur, Habermas e tantos outros repensam uma ética adaptada à condição humana atual. Paul Ricoeur denominou-a ética circular, triangular ou ética da reciprocidade.

Em síntese, é assim: teríamos, no primeiro ângulo, o eu, que entra em relação com o tu, no segundo ângulo. A relação eu-tu é realmente o nascedouro da ética; conviver dignamente com os outros é a proposta da ética de todos os tempos: o reconhecimento recíproco das pessoas, igualmente livres e dignas.

Da relação eu-tu surgem hábitos pessoais, costumes regionais e tradições de longa duração; em certo momento, esses comportamentos coletivos são assegurados em lei para todos os cidadãos (terceiro ângulo). Por exemplo, o casamento, tanto civil como religioso, é celebrado na perspectiva da durabilidade. Sucede que, aos poucos, surgem separações, cada vez mais numerosas e, às vezes, seguidas de conflitos familiares. Para ordenar esses aspectos sociais, o legislador cria a lei do divórcio em situações bem detalhadas. O mesmo é o caminho para legislar sobre o aborto, anencefalia, casamento de pessoas do mesmo sexo, etc.

Portanto, no terceiro ângulo está a síntese dos dois anteriores consubstanciada na lei positiva, aceita por toda a comunidade social como norma moral e social. Acontece que as leis são fixas; com o passar do tempo, envelhecem; às vezes é preciso substituí-las por outras; é preciso torná-las outra vez novas, contemporâneas aos costumes que nascem continuamente na sociedade.

A renovação das leis que o tempo ultrapassou se faz retornando ao primeiro ângulo do triângulo, à relação eu-tu que gerou novos costumes. É assim que se faz a adaptação da ética e da legislação à vida social que acontece agora. Assim teríamos a circularidade da ética, sempre atualizada com o que acontece na vida pessoal, política, científica e cultural no dia de hoje.

Um paradigma ético construído dessa maneira tem a vantagem da flexibilidade, da adaptação fácil e rápida das

grandes referências éticas à vida que acontece agora. É um paradigma que não vai a reboque nem da ciência, nem da técnica e nem das ideologias. Assim, esse paradigma tem todas as condições de debater assuntos humanos, como união estável de homossexuais, eutanásia, aborto, que são problemas novos. Um paradigma ético flexível abrange também a ética dos animais; proteção do meio ambiente. É, pois, um paradigma que estende a ética a toda a realidade; tentamos assim construir uma ética da solidariedade antropocósmica, na qual o ser pensante, único no universo, não é mais o predador do meio ambiente pelo emprego de técnicas sempre mais possantes, mas o zelador consciente e responsável por tudo quanto existe.

Conceito de Pessoa

Vimos que a ética se insere na mobilidade do tempo e o próprio ser humano é temporalidade por essência. Essa dimensão perdeu-se. Resgatá-la é uma difícil tarefa da filosofia de nossos dias, porque estamos acostumados com as definições do homem elaboradas ao longo dos tempos, que não incluem a dimensão temporal. Percorreremos a seguir algumas definições mais importantes.

A filosofia grega elaborou uma descrição cosmológica do ser humano: o homem é elemento da natureza, o *homo naturalis*, a teoria que certamente agrada aos filósofos e biólogos de nossos dias que defendem a evolução da vida. Os gregos estabeleciam a dignidade humana a partir da razão como supremo valor produzido pela natureza. Razão que, por um lado, é capaz de pensar o universo em profundidade metafísica e, por outro, é a luz que orienta os comportamentos. Em outros termos, a razão, como *sophia* (sabedoria), faz a teoria do mundo, a metafísica que é a suprema ciência e a mesma razão, como *fronesis* (prudência), é a sabedoria prática que conduz, baliza a vida humana através das virtudes.

Apesar da infinita superioridade do ser humano em relação às outras realidades, ele é uma natureza que tem um destino cosmológico; isto é, pela dimensão ética e política, ele constrói uma sociedade regida pela justiça e alcança sua suprema realização. O homem naturalmente deseja ser feliz e realizará esse desejo convivendo com os outros numa sociedade de paz, regida pela justiça; para ser feliz, precisa possuir bens suficientes, conviver em um círculo de amigos, praticar a justiça e cultivar sua mente.

A civilização judeu-cristã manteve o conceito grego de pessoa e o sistema de virtudes morais. Evidentemen-

te, porém, os teólogos acrescentaram ao *homo naturalis* as qualidades do *homo imago Dei*, o homem criatura de Deus no meio das outras. Outro predicado importante é o destino do homem; ele se realiza na sociedade política como ensinaram os gregos, mas a plena realização não se dá na *polis* (também temporal), mas na eternidade.

No século VI de nossa era, o filósofo Severino Boécio elaborou uma definição metafísica do homem que influi até hoje nos comportamentos humanos de muitas comunidades cristãs. Boécio definiu a pessoa como “indivíduo subsistente na natureza racional”. Como indivíduo, ele é “*non-divisum*”, não dividido, é singularidade, una e única, sempre idêntica a si mesma da concepção à morte. Como realidade subsistente, a pessoa é um ser natural no meio dos outros vegetais, animais e mundo inanimado; isto é, subsistente significa que esses seres têm consistência própria; para existir, não precisam apoiar-se em outra realidade, como, por exemplo, a cor. Sendo natural, o homem subsiste no mundo com os outros seres. Até aqui, o ser humano é igual a todos os outros. Sua grande característica e peculiaridade é que ele é racional, capaz de pensar, interrogar e compreender o mundo que o cerca. Essa capacidade lhe confere imensa dignidade, por causa da qual é chamado pessoa. Tomás de Aquino diz: “todas as coisas do mundo são substâncias (seres subsistentes), mas àquela que é capaz de pensar conferimos-lhe o conceito de Pessoa”.

As duas definições, judeu-cristã e metafísica, têm, em nossos dias, grande dificuldade de se compor com os progressos da ciência, da técnica e, sobretudo, da biologia por serem definições que defendem a estabilidade, a permanência absoluta ou como essência definitivamente constituída desde a concepção até a morte. O conceito da imutabilidade da essência humana conflita com a mutabilidade constante provocada pelas ciências biológicas, psicológicas e sociais; conflita-se, sobretudo, com a ética atual baseada na liberdade e temporalidade.

A Idade Moderna elaborou uma definição moral do ser humano. Para Kant, o que diferencia o ser humano das outras coisas é a sua dignidade moral: “Os seres cuja existência depende da natureza têm um valor relativo como meios e por isso se chamam coisas, objetos de uso; ao passo que os seres racionais se chamam pessoas porque a sua natureza os distingue como fins em si mesmos, estão acima de todo preço, por isso eles têm dignidade”. O fundamento da dignidade é a razão-livre, donde decorre o

único princípio da moral kantiana: o imperativo categórico. Esse nada mais é que a autolimitação da liberdade que se obriga a cumprir o dever moral: “age de tal modo que a humanidade, em tua pessoa e na de todos os outros, seja sempre tomada como um fim e nunca como um meio”. É o princípio ético do respeito incondicional de qualquer ser humano. A liberdade se impõe esse dever moral, que não é dado nem por sábios e nem por divindades, mas é intrínseco à nossa racionalidade livre. É essa liberdade que funda a autonomia da pessoa e da ética. Apesar da profundidade e valor do imperativo categórico, os críticos de Kant fizeram muitos reparos pertinentes que não é aqui o lugar de recordá-los.

Na Idade Contemporânea, a fenomenologia introduziu no conceito do ser humano a noção de tempo. O ser humano é uma existência (e não uma essência) temporal, relacional e potencial. Sendo existência, o ser humano está inserido no mundo das coisas e dos acontecimentos históricos. O que nele mais aparece é sua existência temporal; as outras coisas são estáticas, mas o ser humano é essencialmente dinâmico. Ele é uma existência aberta a todos e ao mundo, um processo de realização. Estamos sempre acontecendo, sempre em por-vir ou em incessante vir-a-ser.

Sendo temporalidade aberta, o ser humano é necessariamente relacional. Somos uma existência feita de relações desde a concepção, que é a primeira e radical relação, seguindo-se as relações no âmbito familiar, social, político, científico e cultural. Somos, portanto, um ser em elaboração através das relações.

Finalmente, como corolário de tudo isso, somos uma existência potencial, feita de possibilidades. Nossas potencialidades são ilimitadas e, ao longo de nossa vida, realizamos apenas algumas, como fundar uma família, escolher uma profissão (entre muitas outras possíveis), assumir uma orientação cultural (entre centenas que poderíamos escolher). Isto é, nós nunca terminaremos de explicitar nossas possibilidades. Por isso, Heidegger escreveu que somos um ser-possível (*Seinkönnen*), sendo a última delas a morte, como fim de todas as possibilidades (*Sein-zum-tode*).

Essas tentativas de descrever a pessoa têm em comum a afirmação das qualidades fundamentais que a natureza nos deu: a dignidade inserida no contexto do mundo e da história. Entretanto, parece-me que a primeira e a última, cosmológica e fenomenológica, merecem particular atenção, pelo fato de darem muito destaque à imbricação

da existência humana com tudo o que há e acontece no mundo e no tempo. A visão temporal da existência reúne condições de dialogar com o imenso progresso científico, tecnológico, biológico e pluralidade cultural de nosso tempo, coisa impossível para as definições metafísicas. É óbvio que o ser humano sempre foi temporal. Filósofos e teólogos foram omitindo essa característica porque ela inclui a impermanência, que exclui a eterna permanência da essência.

As filosofias éticas prudencial, de reciprocidade e de responsabilidade são temporais no sentido acima exposto; temporais são também as referências, os rumos, os horizontes éticos que, tendo sempre o mesmo conteúdo, revestem-se das condições da cultura e das situações políticas de cada época. Prova disso é o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que rege a Ética Contemporânea, mantendo o mesmo conteúdo ético que anunciaram a Revolução Francesa (1789), a mensagem

amorosa de Cristo (há 2000 anos) e a pregação de Sócrates (há 2500 anos).

CONCLUSÃO

A história humana parece perpassada por uma diretriz ética constante, por um impulso originário que se traduz nos comportamentos individuais e nos costumes sociais de cada época; daí surgem os vários momentos originários da ética: os gregos criaram a ética da racionalidade; os pensadores medievais, a ética da santidade; os modernos, a ética da liberdade; e os contemporâneos, a ética do consenso, da reciprocidade e da justiça.

O impulso ético originário é a causalidade criativa da liberdade: por um lado, é um processo de libertação do homem pelo avanço da ética, da cultura, da política, da religião e da psicologia; por outro, é um processo de libertação da natureza pela ciência, que libera suas infinitas energias a serviço da vida nas suas três modalidades.

Recebido em: 12 de março de 2012
Aprovado em: 30 de março de 2012